



# DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias da que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries . . . . .	Ano 240\$
A 1. <sup>a</sup> série . . . . .	90\$
A 2. <sup>a</sup> série . . . . .	80\$
A 3. <sup>a</sup> série . . . . .	80\$
	Avulso : Número de duas páginas \$30;
	de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.<sup>º</sup> e 2.<sup>º</sup> do artigo 2.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

## Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

### AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «*Diário do Governo*» que não tragam apostila a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo sêlo branco.

### SUMÁRIO

#### Ministério das Finanças :

Decreto-lei n.<sup>º</sup> 29:899 — Abre um crédito destinado à constituição de Casas do Povo.

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba da alínea a) para a alínea c), dentro do n.<sup>º</sup> 1) do artigo 174.<sup>º</sup>, capítulo 11.<sup>º</sup>, do orçamento do Ministério.

#### Ministério da Marinha :

Decreto n.<sup>º</sup> 29:900 — Autoriza a 6.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a satisfazer a diferença de vencimento relativa ao ano de 1938 em dívida a um cabo artilheiro reformado.

#### Ministério das Obras Públicas e Comunicações :

Declaração de ter sido autorizado o reforço da verba da alínea a) do n.<sup>º</sup> 3) do artigo 7.<sup>º</sup> do orçamento da Administração Geral do Porto de Lisboa.

Decreto-lei n.<sup>º</sup> 29:901 — Proíbe, dentro das localidades, a circulação de veículos automóveis munidos de aparelhos emissores e ampliadores de sons, destinados a propaganda comercial.

Decreto n.<sup>º</sup> 29:902 — Determina que não seja aplicada a redução de 10 por cento estabelecida no artigo 6.<sup>º</sup> do decreto n.<sup>º</sup> 29:920 às dotações do n.<sup>º</sup> 2), alínea b), do artigo 72.<sup>º</sup>, e do n.<sup>º</sup> 2) do artigo 75.<sup>º</sup>, do capítulo 4.<sup>º</sup>, do actual orçamento do Ministério.

#### Ministério da Agricultura :

Decreto n.<sup>º</sup> 29:903 — Aprova a tabela de preços dos produtos preparados e vendidos pelo Laboratório Central de Patologia Veterinária, assim como dos trabalhos relativos ao contraste de soros e vacinas.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

#### Direcção Geral da Contabilidade Pública

##### Decreto-lei n.<sup>º</sup> 29:899

Usando da faculdade conferida pela 2.<sup>a</sup> parte do n.<sup>º</sup> 2.<sup>º</sup> do artigo 109.<sup>º</sup> da Constituição, o Governo decreta e eu

promulgo, nos termos do § 2.<sup>º</sup> do seu artigo 80.<sup>º</sup>, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.<sup>º</sup> É aberto no Ministério das Finanças, a favor do mesmo Ministério, um crédito especial da quantia de 840.000\$, destinado à constituição de Casas do Povo, devendo a mesma importância ser inscrita como «Despesa extraordinária» no orçamento do referido Ministério para o ano económico corrente, da seguinte forma:

Capítulo 24.<sup>º</sup> — Constituição de Casas do Povo :

Artigo 387.<sup>º</sup> — Dotações concedidas pelo Estado às Casas do Povo :

- |   |             |
|---|-------------|
| 1) Importância destinada ao pagamento de dotações às Casas do Povo, nos termos do artigo 25. <sup>º</sup> do decreto lei n. <sup>º</sup> 23:051, de 23 de Setembro de 1933. . . . . | 840.000\$00 |
|---|-------------|

Art. 2.<sup>º</sup> É inscrita no capítulo 9.<sup>º</sup>, artigo 255.<sup>º</sup> «Importância de parte do saldo de anos económicos findos a aplicar a — Outras despesas», do orçamento das receitas para o ano económico de 1939 a verba de 840.000\$, que constituirá a dotação para a «Constituição de Casas do Povo».

Art. 3.<sup>º</sup> O Instituto Nacional do Trabalho e Previdência processará as fólias necessárias ao pagamento das dotações que forem devidas, nos termos do decreto-lei n.<sup>º</sup> 23:051, de 23 de Setembro de 1933, e remeterá-las à, depois de aprovadas pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, à 2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, que autorizará o seu pagamento dentro da correspondente verba orçamental, sem dependência de qualquer outra formalidade.

Art. 4.<sup>º</sup> Os saldos da verba a que se refere o artigo 1.<sup>º</sup> do presente decreto poderão ser utilizados em futuros anos económicos mediante a abertura dos respectivos créditos especiais.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 6 de Setembro de 1939. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

#### 2.<sup>a</sup> Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Em cumprimento do disposto no artigo 7.<sup>º</sup> do decreto-lei n.<sup>º</sup> 25:299, de 6 de Maio de 1935, declara-se, para os devidos efeitos, que S. Ex.<sup>a</sup> o Sub-Secretário de Estado das Finanças autorizou, por seu despacho de 11 do corrente mês, nos termos do § 2.<sup>º</sup> do artigo 17.<sup>º</sup> do decreto-lei n.<sup>º</sup> 16:670, de 27 de Março de 1929, a transferência da quantia de 2.400\$ da alínea a) para a alínea c),